



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**Atendimento às famílias do
Programa Bolsa Família em
situação de não
cumprimento de
condicionalidades**



Qual o objetivo dessa conversa?

Apoiar as(os) profissionais na compreensão e intervenção nas múltiplas realidades do território, oferecendo diretrizes, conceitos e orientações práticas que fortalecem o trabalho social, incentivam a análise crítica e aproximam as políticas públicas da vida das famílias.

Olhar o território de forma renovada, reconhecendo oportunidades, valorizando saberes locais e construindo soluções coletivas.

Contar com o empenho de cada equipe para incorporar essas orientações no Planejamento das próximas ações junto às famílias.



Pergunta chave:



Quem são as famílias?

Como são os territórios e como elas vivem?

**Como elas buscam e recebem os serviços da
Proteção Social Básica?**

**Qual a efetividade das políticas de
SAÚDE, EDUCAÇÃO?**

🔑 PONTOS IMPORTANTES DESSA CONVERSA:



Verificar quem possui senha e consultar a Instrução Operacional e o Informativo SENARC. **Acesso ao sistema SICON;**

Construir fluxo para garantir a disponibilização das listagens de famílias em não cumprimento.

Apoiar a extração da listagem no SICON, organizar por repercussão e enviar às unidades. **Nos municípios ,tarefa da equipe de Vigilância Socioassistencial:**



PASSOS



PASSO 1 – ANALISAR A LISTAGEM DE FAMÍLIAS



Após receber a listagem, a equipe do PAIF deve observar:

- ✓ Tipo de repercussão: quantidade de famílias e efeitos aplicados naquele mês.
- ✓ Motivos informados pela saúde e educação: identificar situações de desproteção.
- ✓ Dimensões relacionais: presença de conflitos, abandono, isolamento, violências.
- ✓ Dispersão territorial: se há concentração em regiões específicas do território do CRAS.
- ✓ Referenciamento ao CRAS: cruzar dados com prontuário SUAS ou outros sistemas. Famílias não referenciadas devem ser priorizadas na busca ativa.

PASSO 2 – ANALISAR A LISTAGEM DE FAMÍLIAS

As ações devem considerar os efeitos sobre o benefício e assegurar que todas as famílias sejam atendidas. O planejamento varia conforme a realidade local, mas deve priorizar: Busca ativa. Dimensão coletiva.

Organização por fases de repercussão: Alerta; bloqueio e suspensão

Fase de Alerta

- ✓ Realizar acolhidas coletivas (espaço de diálogo e informação sobre PBF, condicionalidades e serviços).
- ✓ Promover rodas de conversa, oficinas ou encontros no CRAS e territórios com maior incidência de não cumprimento.
- ✓ Sugere-se manter acolhidas e oficinas coletivas já previstas no cronograma semanal da unidade, com a temática do PBF e as condicionalidades.

Fase de Bloqueio:

- ✓ Compreender causas da reincidência.
- ✓ Apoiar as famílias na reorganização da renda.
- ✓ Planejar ações coletivas e individuais de enfrentamento das vulnerabilidades.

Fase de Suspensão:

- ✓ Priorizar busca ativa e estratégias de proteção integral.
 - ✓ Garantir a interrupção temporária dos efeitos sobre o benefício.
- 🔍 Consulte o Caderno Trilha 1, páginas 44 a 46, para aprofundamento deste passo

✚ Passo 3 – Escuta coletiva e estratégias de proteção integral

✓ Promover espaços de escuta qualificada e vocalização das situações vivenciadas pelas famílias.

✓ Compreender o território em sua diversidade.

✓ Fortalecer vínculos entre famílias, trabalhadores e território.

✓ Dar centralidade às ações coletivas (grupos, oficinas, arranjos comunitários).

✓ Garantir respostas qualificadas no atendimento imediato, sem se limitar a demandas superficiais.

🔍 Consulte o Caderno Trilha 1, páginas 47 a 60, para aprofundamento deste passo.

✚ Passo 4 – Elaborar Plano de Ação Intersectorial

- ✓ A atuação intersectorial é essencial para compreender e enfrentar as situações que levam ao não cumprimento.
 - ✓ As informações da listagem e a escuta dos usuários devem embasar o plano de ação local.
 - ✓ O plano deve ser elaborado em diálogo com escolas, unidades de saúde, CRAS, movimentos sociais e demais equipamentos públicos.
 - ✓ As famílias devem ser protagonistas na construção das estratégias.
- 🔍 Consulte o Caderno Trilha 1, páginas 61 a 63, para aprofundamento deste passo.

➤ REGISTROS E ASPECTOS ÉTICOS

- ✓ Os registros devem ser claros, objetivos e fidedignos, sem juízos de valor ou culpabilização das famílias.
- ✓ É obrigatório assegurar sigilo, ética e respeito à diversidade (configurações familiares, identidade de gênero, orientação sexual e nome social).
- ✓ Prontuário SUAS e SICON se complementam:
 - * Prontuário → registro padronizado e sistematizado.
 - * SICON → registro das ações do PAIF com foco nas famílias beneficiárias do PBF, especialmente nas interrupções temporárias dos efeitos sobre o benefício



Ponto Central:

As condicionalidades do PBF não têm caráter punitivo.

O não cumprimento não deve ser entendido como falha da família, mas como um indicador de desproteção social, que exige resposta protetiva e qualificada do PAIF

Importante:

Todas as ações devem ser registradas no SICON como Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT);

Nem todas as famílias precisam ser inseridas em acompanhamento familiar – essa decisão depende do grau de desproteção identificado;

OBS! Qualquer dúvida em relação ao acesso a SICON, o MDS possui um canal de atendimento exclusivo a técnicos e gestores municipais.

O atendimento é feito on-line, em tempo real, e o horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

O link para acesso é:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL